

A luta é urbana, o caminho esta ainda sendo construído.

O urbano é agora a escala do mundo. O que esta posto para o debate como produto da contestação, como momento em que a luta se impõe como necessidade e desejo (entrando em conflito com a passividade do cotidiano), numa escala mais ampla, é o "**direito à cidade**", como direito à vida urbana em sua plenitude. E só o debate e a reflexão permitirão pensar os passos seguintes.

O corpo tomando os espaços construídos para os carros vão revelando os conflitos que estão na base de nossa sociedade. Algumas questões aparecem no horizonte: a) o voto na urna tem justificado, que depois de eleito, o político e o partido podem fazer o que quiserem e como quiserem. Os partidos políticos fazem alianças sem se preocupar com o que a sociedade pensa, mas em "nome dela". Um minúsculo exemplo revela o modo como se faz política no Brasil: o vice-governador de São Paulo é ministro e não vê nenhum problema nesta atitude, e todos acham normal e pior, acham que é tema para o debate! Seria irônico se não fosse trágico! O exercício de nossa democracia precisa ser repensada; b) as ruas - espaços públicos por excelência, mas pensado como lugar dos carros - apontam **indignação e descontentamento** com a vida na metrópole e o modo como se constrói o espaço urbano separando moradia do trabalho e lazer. A proposta do "Arco do Futuro" não vai resolver este problema. Os frequentes processo de valorização do espaço urbano tem afastado os pobres para periferias cada vez mais distantes, situação que o projeto vai aprofundar; c) o transporte é apenas um dos direitos do cidadão. Ele precisa morar dignamente, ter acesso a saúde, alimentação. Ele precisa de educação de qualidade e cultura, ao lazer. E acesso ao centro e a centralidade metropolitana! Diretos de ir e vir, num transporte coletivo digno e ubíquo na metrópole que garanta, em pouco tempo, o direito de acesso à vida na metrópole e com horários estendidos. Não se

diminui o preço da passagem de ônibus aumentando o IPTU, mas repensando o orçamento e suas prioridades, o modo com o qual se constrói as alianças que privilegiam os setores imobiliários, as empresas de transporte, as grandes construtoras, o modo como se abrem os cofres públicos criando infraestrutura e incentivos para a iniciativa privada, sob o discurso de que geram empregos; d) o aprofundamento da segregação como característica de uma metrópole que se constitui **como negócio** passível de ser lida pela valorização advinda da construção de infraestrutura que abre espaço para novos negócios privados em detrimento dos moradores dos lugares atingidos, posto que expulsam a "população não compatível" (para utilizar um termo corrente no planejamento) nas áreas renovadas, etc..

A cidadania não tem por conteúdo a qualidade de vida, nem sem reduz à posse de bens de consumo. As manifestações urbanas, por excelência, apontam os problemas vividos e, porque urbanas, reúnem uma gama de situações que iluminam os níveis da realização da vida e da necessidade de participação, de forma mais ativa, nas decisões. Portanto o direito de ser ouvido e de participar dos rumos da sociedade como um todo.

Numa sociedade urbana a luta realiza-se de outra forma e o modo de lidar com ela é não criminalizá-la nem subestimá-la. Estamos adentrando numa nova forma de sociedade que exige um novo modo de diálogo que é o que está sendo construído, agora, nas ruas.

Ana Fani Alessandri Carlos